



**ATA 1706ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta  
2 minutos, realizou-se a milésima setingentésima sexta reunião Plenária Ordinária do  
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,  
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 17 (dezesete) conselheiros (as), sendo estes  
5 efetivos (as) e suplentes, a seguir indicados (as): Ana Ferri de Barros, Carla Biancha  
6 Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Graça Maria de Carvalho  
7 Camara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro  
8 Gabarra, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Mariângela Aoki,  
9 Alacir Villa Valle Cruces, José Ricardo Portela, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi,  
10 Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, e Rosana Cathya  
11 Ragazzoni Mangini. Também esteve presente a gestora: Regiane Aparecida Piva  
12 (Subsede de Bauru). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de**  
13 **Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência dos (as) demais  
14 conselheiros (as): Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Maria Orlene Daré,  
15 Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes, Cassio Rogério Dias  
16 Lemos Figueiredo, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni e Roberta  
17 Freitas Lemos. Leonardo Lopes da Silva – está afastado conforme decisão da milésima  
18 quingentésima quadragésima sétima Reunião Plenária Ordinária de vinte e cinco de  
19 fevereiro dois mil e onze, Makilim Nunes Baptista – está afastado conforme decisão da  
20 milésima quingentésima sexagésima sétima Reunião Plenária Ordinária de dezessete  
21 de junho de dois mil e onze, Fábio Souza dos Santos – está afastado conforme decisão  
22 da milésima sexcentésima décima sexta Reunião Plenária Ordinária de vinte e cinco de  
23 fevereiro de dois mil e doze e Teresa Cristina Endo – está afastada conforme decisão  
24 da milésima sexcentésima trigésima sexta Reunião Plenária Ordinária de primeiro de  
25 junho de dois mil e doze. **1.2) Evento Mulheres Encarceradas** - O conselheiro José  
26 Ricardo Portela relembrou sobre a realização do Seminário “Mulheres Encarceradas”,  
27 que ocorrerá no dia 21 de junho de 2013, no CRP-06 e noticiou que a atividade está  
28 sendo organizada em parceria com o GET Mulheres Encarceradas. Haverá grupos de  
29 trabalho para construção de propostas. A mesa diretora convidou o plenário para que  
30 compareça a essa atividade. **II) REUNIÃO DO FÓRUM DOS CONSELHOS**  
31 **ATIVIDADES FIM DA SAÚDE (FCAFS)** - A conselheira Marília Capponi informou que  
32 não poderá participar da próxima reunião do Fórum dos Conselhos Atividade Fim da  
33 Saúde (FCAFS), que ocorrerá no dia 20 de junho de 2013, quinta-feira, às 19h30, no  
34 Conselho Regional de Enfermagem - COREN e consulta se alguém do Plenário poderia  
35 substituí-la na ocasião. O conselheiro José Ricardo Portela se dispôs a participar da  
36 reunião, tendo em vista que já estará em São Paulo na aludida data. Na oportunidade,  
37 o conselheiro Luiz Tadeu Pessutto comunicou a alteração da representação do Fórum  
38 dos Conselhos Profissionais de São José do Rio Preto, que agora será feita pela



39 psicóloga Marcia Polachini Cartapatti em substituição a psicóloga Maria Tereza da Silva  
40 Nogueira, que está com problemas de saúde na família. Informou também que em sua  
41 região tem surgido a questão da criação do Fórum dos Trabalhadores do SUAS e que  
42 ele já entrou em contato com o conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho a fim  
43 de obter esclarecimentos do funcionamento do referido Fórum. **III) SUBSEDE**  
44 **SOROCABA – 3.1) Recomposição da Comissão Gestora** - A conselheira Rosana  
45 Cathya Ragazzoni Mangini, coordenadora da Subsede de Sorocaba, comunicou a  
46 recomposição da comissão gestora com a inserção da psicóloga Camila Taraborelli  
47 Lopes Lara – CRP 06/99914. Esclareceu ainda que, por enquanto, ela não fará plantão,  
48 por residir no município de Cotia e por compromissos atinentes ao trabalho. Todavia  
49 colaborará em outras atividades da Subsede. Atualmente é colaboradora na Comissão  
50 de Ética, por meio da Comissão de Instrução. Encaminhamento: O Plenário aprovou a  
51 recomposição e deliberou para a Secretaria providenciar a respectiva Portaria. **3.2)**  
52 **Compra do Imóvel para subsede de Sorocaba** - A conselheira Rosana Cathya  
53 Ragazzoni Mangini esclareceu os motivos do pedido de aquisição de sede própria,  
54 informando que o espaço no qual a Subsede de Sorocaba está instalada tem gerado  
55 despesas de manutenção. Como haverá a Assembleia Orçamentária, solicita ao  
56 Plenário a aprovação de verba para a compra do imóvel com mais acessibilidade. Em  
57 2011 foi realizado levantamento que apontou um custo aproximado de R\$ 900.000,00.  
58 O Gerente Geral Diógenes Pepe pontuou que nesse momento não há verba disponível  
59 para a compra e sugeriu que, tão logo o CRP-06 disponha do valor necessário em  
60 caixa, considere essa próxima aquisição. A conselheira Rosana Cathya Ragazzoni  
61 Mangini solicitou que em orçamento futuro esse tema seja contemplado, respeitando a  
62 decisão da Assembleia Orçamentária. Pede também para que na Assembleia não  
63 indique valor do imóvel, somente a necessidade de compra. O conselheiro Joari  
64 Aparecido Soares de Carvalho lembra que em 2014 haverá o Congresso Brasileiro  
65 Ciência e Profissão e acredita que a proposta deva ser bem detalhada para  
66 convencimento e esclarecimento à categoria. Ressaltou-se que, no orçamento para  
67 2014, o valor de caixa não é suficiente para essa aquisição, somente se houver  
68 superávit. Trata-se de um pleito para médio prazo. A justificativa é que é a única  
69 Subsede que não tem imóvel próprio. Encaminhamento: O Plenário aprovou a  
70 solicitação. **IV) APROVAÇÃO DAS ATAS - 1687ª (22/02/13), 1688ª (23/02/13), 1691ª**  
71 **(22/03/13), 1692ª (23/03/13), 1695ª (12/04/13), 1696ª (13/04/13), 1699ª (10/05/13) e**  
72 **1700ª (11/05/13)** - A conselheira Ana Ferri de Barros submeteu à apreciação e  
73 aprovação do plenário os registros das sessões plenárias do CRP-06 correspondentes  
74 a 1687ª e 1688ª (22 e 23/02/13), 1691ª e 1692ª (22 e 23/03/13), 1695ª e 1696ª (12 e  
75 13/04/13), 1699ª e 1700ª (10 e 11/05/13). Foram indicadas as seguintes alterações: Na  
76 Ata 1688ª, de 23/02/13, na linha 49 - Numeração III e IV, linha 69 - Numeração V, linha  
77 125 - Numeração X, linha 140 - Numeração XI, linha 145 - Numeração XII, linha 147 -  
78 Numeração XIII, linha 154 - Numeração XIV, linha 157 - Numeração XV, nas linhas 60 a  
79 61: Nova redação: ...“manter a proibição da terceirização nas atividades econômicas



80 inerentes à contratante...”. Na Ata 1691, de 22/03/2013, não houve alterações. Na Ata  
81 1692, de 23/03/2013, na linha 153 – Substituição de “suplência” por “delegação”. Na  
82 Ata 1695, de 12/04/2013, na linha 64, alteração de “Política” para “Polícia”, na linha 227  
83 – correção de gênero de “secretário” para “secretária”. Na Ata 1696, de 13/04/13, linha  
84 27 - alteração “do” para “de”, linha 256 – exclusão do artigo “a”. Na Ata 1699, de  
85 10/05/13, linhas 46 a 51: Nova redação: ...“devido a um grupo de pessoas que entraram  
86 com ação judicial, que qualquer psicólogo(a) que tenha realizado um curso de  
87 especialização *latu sensu* em uma instituição de ensino credenciada pelo Ministério da  
88 Educação, que envolva matérias de psicologia, poderá solicitar no CRP de sua região,  
89 um título de especialista...”, linhas 43 e 54 - acento nas palavras “análise” e “está”, linha  
90 220 – Correção de gênero de “secretário” para “secretária”. Na Ata 1700, de 11/05/13, a  
91 conselheira Ana Ferri de Barros apresentou as dúvidas da Ata. O Plenário sugeriu as  
92 alterações que julgou necessárias para o perfeito entendimento. Encaminhamento: As  
93 atas 1687<sup>a</sup> e 1688<sup>a</sup> (22 e 23/02/13), 1691<sup>a</sup> e 1692<sup>a</sup> (22 e 23/03/13), 1695<sup>a</sup> e 1696<sup>a</sup> (12 e  
94 13/04/13), 1699<sup>a</sup> e 1700<sup>a</sup> (10 e 11/05/13) foram aprovadas com as alterações indicadas  
95 e devem ser divulgadas aos(às) conselheiros(as), gestores(as), funcionários(as) e  
96 inseridas no site deste CRP-06. **V) AUDIÊNCIAS - 5.1) Audiência com Secretário**  
97 **Municipal da Educação (Lei 15.719, de 24/04/2013)** - A conselheira presidenta Maria  
98 de Fátima Nassif informou que foi realizada no dia 11 de junho *pp.*, audiência com o  
99 Secretário Municipal da Educação, Dr. Cesar Callegari, em seu gabinete, com objetivo  
100 de discutir a aprovação da Lei 15.719, de 24/04/2013, que “dispõe sobre a implantação  
101 de assistência psicopedagógica em toda a rede municipal de ensino, com o objetivo de  
102 diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o  
103 educando e as instituições de educação infantil e ensino fundamental”. Esta audiência  
104 ocorreu em atenção ao pedido do CRP-06. Participaram da referida audiência, o  
105 Secretário Dr. Cesar Callegari e assessor responsável pelos programas especiais, a  
106 conselheira presidenta Maria de Fátima Nassif e a conselheira Carla Biancha Angelucci  
107 pelo CRP-06, Rogério Giannini pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo  
108 (SINPSI) e Roseli Caldas pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e  
109 Educacional (ABRAPEE). Relatou que o CRP-06 teve boa oportunidade para expor os  
110 seus posicionamentos. Ao final da audiência, houve um convite para que o CRP-06  
111 auxilie no Projeto de Equipe Multidisciplinar que atenderá escolas, por regiões, visando  
112 acolher questões especiais da escola para além da parte pedagógica. O Secretário  
113 manifestou que a sua defesa também era pelo veto da Lei 15.719. A conselheira Carla  
114 Biancha Angelucci argumentou que a referida lei na visão do CRP-06 é complicada,  
115 pois fala em prevenção de problemas de aprendizagem, diagnóstico e intervenção nas  
116 escolas com problemas de aprendizagem. Inicialmente, pensou-se em batalhar pelo  
117 veto, entretanto o CRP-06 posicionou-se contrariamente, considerando que a lei já  
118 havia sido sancionada. A lei prevê assistência psicopedagógica, mas não prevê que  
119 tipo de profissional fará a intervenção sobre os problemas de aprendizagem e  
120 institucionais. Aproveitou-se então uma lacuna para apresentar a nossa proposta



121 apontando algumas características essenciais, no entendimento da Psicologia, acerca  
122 do perfil profissional para ocupar a função psicopedagógica. Foi elaborado um  
123 documento em conjunto com o Grupo Interinstitucional de Queixa Escolar (GIQE),  
124 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e Sindicatos  
125 dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SINPSI) no qual se destacou três principais  
126 pontos de defesa: 1) Assistência psicopedagógica tem que ser realizada pelo psicólogo,  
127 que não precisa ter especialização em psicopedagogia, mas necessita ter  
128 aprofundamento nas discussões da educação. Falou-se no título de especialista em  
129 psicopedagogia e fez-se a análise de que mais de 50% (cinquenta por cento) dos  
130 conteúdos dos cursos de Psicologia mostram que o profissional de psicologia seria o  
131 mais qualificado. 2) Em relação aos problemas da aprendizagem, o caminho que se  
132 encontrou foi falar em Política Nacional de Educação Especial, que se organiza a partir  
133 dos serviços de atendimento à inclusão, que devem ser acolhidos dentro dos serviços  
134 já existentes, inclusive as questões psicopedagógicas. Deve-se valorizar o que já  
135 existe. Do ponto de vista das intervenções institucionais para promover processos de  
136 ensino e aprendizagem, os psicólogos se colocariam ao lado dos educadores,  
137 repensando o projeto político pedagógico e matérias que já são discutidas no âmbito da  
138 educação. O diagnóstico é de processo de ensino aprendizagem e não de pessoas, de  
139 situações educativas e não de indivíduos. 3) Necessidade de criação de cargo e vaga  
140 por meio de concurso público. Neste sentido o Secretário se mostrou não propenso a  
141 criação de novos cargos, considerando o déficit atual significativo no município. Ao final  
142 da reunião, o Secretário se mostrou próximo às discussões do CRP. As conselheiras  
143 Maria de Fatima Nassif e Carla Biancha Angelucci entenderam que a lei não será  
144 regulamentada até 24 de junho *p.f.*, ultrapassando os 60 dias. **5.2) Audiência Pública**  
145 **da Comissão da Verdade Estadual** - A conselheira presidenta Maria de Fátima Nassif  
146 comunicou e convidou para a Audiência Pública específica para entrega oficial  
147 documentos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, com testemunhos  
148 dos(as) psicólogos(as) que vivenciaram a ditadura, à Comissão Estadual da Verdade  
149 Rubens Paiva, no dia 21 de junho de 2013, às 14 horas, na Assembleia Legislativa de  
150 São Paulo. A conselheira Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini também  
151 participará da audiência representando as pessoas que prestaram seus testemunhos.  
152 Na mesa estarão presentes as conselheiras Maria Orlene Daré e Carolina Helena  
153 Almeida de Moraes Sombini. Saliu que os documentos serão entregues em papel e  
154 em CD para a Comissão Estadual que enviará à Comissão Nacional. A publicação final  
155 será entregue pelo Conselho Federal de Psicologia, em ocasião formal, com os  
156 testemunhos de pessoas de todo o Brasil. A conselheira Carla Biancha Angelucci  
157 sugeriu encaminhar às pessoas que precisam de acompanhamento devido aos  
158 testemunhos, além de também colaborar na divulgação dos serviços que ainda estão  
159 em funcionamento. **5.3) Audiência com Secretário Municipal de Direitos Humanos** -  
160 A conselheira Carla Biancha Angelucci noticiou a reunião realizada com o Secretário  
161 Municipal de Direitos Humanos, Rogério Sottili, em 24 de maio de 2013. Também



162 estiveram presentes a conselheira Maria Orlene Daré e, pelo Sindicato dos Psicólogos  
163 no Estado de São Paulo – SINPSI, Rogério Giannini. A conselheira Maria Orlene Daré  
164 apresentou a Comissão de Direitos Humanos do CRP-06, contou sobre as suas ações  
165 e entregou várias publicações, DVD e encartes relacionados à Comissão. O Secretário  
166 Rogério Sottili relatou como a Secretaria trabalhará a temática de Direitos Humanos,  
167 anunciando que será de forma transversal com as demais Secretarias. Existem  
168 algumas coordenadorias que ficam submetidas à Secretaria de Direitos Humanos, uma  
169 delas é a Secretaria de Juventude. Falou do enfrentamento com a violência homofóbica  
170 e com a população em situação de rua. Comentou que tem a intenção de se envolver  
171 mais com a questão de álcool e outras drogas, principalmente com a população em  
172 situação de rua. Indicou o seu anseio de realizar uma ação voluntária, citando o  
173 exemplo dos religiosos da Igreja Batista. Nesse momento, o CRP se posicionou  
174 contrário a esse formato de ação, tendo em vista a gravidade do tema. No final ficou  
175 combinado de se realizar outro encontro para se pensar nas outras ações. Em tempo: a  
176 conselheira Marília Capponi informou que o Conselho Municipal de Políticas Públicas  
177 de Drogas e Álcool de São Paulo (COMUDA) está agora vinculado à Secretaria de  
178 Direitos Humanos. Houve alteração na representação do CRP, tendo como  
179 representante atual o psicólogo Bruno Logan. **5.4) Audiência na Comissão de Saúde  
180 e Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal** - A conselheira Maria  
181 de Fátima Nassif divulgou o convite para o CRP-06 participar na Audiência Pública  
182 sobre a Saúde Mental no Município de São Paulo, que ocorrerá no dia 19 de junho de  
183 2013, quarta-feira, às 13 horas, na Câmara Municipal de São Paulo. Ressaltou a  
184 importância da participação do CRP-06 nessa discussão e consultou a disponibilidade  
185 do Plenário para a representação. A conselheira Marília Capponi observou que esse é  
186 um espaço importante, entretanto devido ao trabalho não poderá comparecer. A mesa  
187 diretora sugeriu consultar inicialmente o Projeto Integrador Proposições para Políticas  
188 Públicas. No caso de haver indisponibilidade, deve-se consultar a conselheira Carla  
189 Biancha Angelucci que já se colocou à disposição para a representação.  
190 Encaminhamento: Tendo em vista as manifestações do Plenário, a conselheira Marília  
191 Capponi tentará obter informações mais detalhadas da audiência, a fim de definir o  
192 representante. O conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho sugeriu também  
193 consultar o psicólogo José Agnaldo Gomes, colaborador do CRP. **VI) PARTICIPAÇÃO  
194 DO CRP-06 NO CONSELHO DA CIDADE DE SÃO PAULO** - A conselheira Carla  
195 Biancha Angelucci informou que participará da reunião extraordinária no Conselho da  
196 Cidade de São Paulo, na próxima terça-feira, dia 18 de junho de 2013, sobre transporte  
197 público. Expôs que irá nessa atividade, tendo em vista a indicação anterior de  
198 representação, mas entende que outro(a) conselheiro(a) poderia substituí-la no referido  
199 Conselho, considerando a mudança de gestão. O conselheiro Joari Aparecido Soares  
200 de Carvalho sugeriu que seja alguém da capital e propõe que se estenda a participação  
201 a colaboradores(as), não necessariamente precisando ser conselheiro(a). Esclareceu-  
202 se que o convite chegou à presidência do Conselho Regional de Psicologia. O



203 conselheiro Luis Saraiva defendeu que a representação seja realizada por  
204 conselheiro(a) e que esse esteja candidato à próxima gestão. Sugeriu-se que o CRP  
205 faça ações com a categoria dos assuntos que são questionados e tratados no Conselho  
206 da Cidade, para que o CRP não fique apenas como executor. Defendeu-se a  
207 permanência da conselheira Carla Biancha Angelucci até o término da gestão em  
208 setembro, dessa forma o próximo plenário fica livre para definir seu(sua) representante.  
209 Encaminhamento: O Plenário acatou a sugestão e mantém a representação da  
210 conselheira Carla Biancha Angelucci no Conselho da Cidade de São Paulo até o  
211 término da gestão 2010-2013. **VII) REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL** - A  
212 conselheira presidenta Maria de Fátima Nassif lembrou que ficou acordada uma  
213 atuação mais incisiva do CRP-06 na temática da redução da Maioridade Penal. Nesse  
214 sentido, foram realizadas duas audiências públicas, nas quais o conselheiro Luis  
215 Eduardo Valiengo Berni representou o CRP e houve uma chamada do FAS - Fórum de  
216 Assistência Social para uma atividade sobre o tema, da qual participaram o(a)  
217 conselheiro(a) Joari Aparecido Soares de Carvalho e Maria de Fatima Nassif. Foi criado  
218 o Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal, proposto pela vereadora Juliana  
219 Cardoso, e o CRP-06 foi convocado a compor esse movimento. As reuniões são  
220 semanais e são realizadas na Câmara Municipal de São Paulo. O Projeto Integrador  
221 Interfaces com a Justiça já está levantando quais os materiais o CRP-06 possui, pois o  
222 tema está inserido neste PI. É necessário combinar um fluxo de funcionamento para  
223 elaborar e propor ações. Há outro movimento chamado “18 Razões Contra a  
224 Maioridade Penal”, entretanto o CRP não está participando devido à indisponibilidade  
225 de agenda. A conselheira Rita de Cássia Oliveira Assunção pontuou a importância de  
226 estabelecer parcerias e, a partir do acúmulo do CRP-06, propor encontros para trazer o  
227 assunto ao debate junto à categoria. Deve-se pensar em membros do PI que possam  
228 estar presentes em atividades relacionadas ao tema. Sugeriu também rever os  
229 materiais já produzidos, bem como o seu conteúdo e solicitar a reprodução, caso seja  
230 necessário. O conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho lembra que na  
231 plenária anterior acordou-se que os Projetos Integradores fariam uma avaliação com o  
232 objetivo de propor subsídios para esse tema. No PI Mundo do Trabalho não foi  
233 discutido, mas há questões como o trabalho infantil e aprendizagem pensando nas  
234 políticas públicas voltadas para esse seguimento. Os PIs tem condições de levantar  
235 mais materiais, além dos que o CRP já possui. Acrescentou que a sensação das  
236 organizações de serem “pegos de calças curtas” foi geral, pois não avaliaram que o  
237 assunto ressurgiria com tanta força. As organizações e movimentos estão abrindo os  
238 olhos, tentando despertar para o debate, pois a força e a contundência desse momento  
239 são avassaladoras. Para correr atrás do prejuízo o que resta é fazer a mobilização e  
240 realizar conversas face a face, na expectativa de reverter o momento. É preciso juntar  
241 os movimentos e demonstrar que não são tão poucos. Já existe uma agenda colocada  
242 na capital, porém ainda não tem detalhes. Sabe-se que no dia 26 de junho de 2013,  
243 ocorrerá uma Audiência Pública com o intuito de discutir a polêmica a respeito da



244 Redução da Maioridade Penal, na Câmara Municipal de São Paulo e outra na data da  
245 promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Outra questão é discutir o  
246 conceito desse debate, pois discutir a maioria para cima ou para baixo é entrar em  
247 um campo praticamente perdido. O que está em jogo é a disputa por orçamento  
248 público. O conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho sugeriu que contatemos a  
249 psicóloga Rosaria de Maria, que esteve presente no encontro do FAS, para atuar como  
250 colaboradora do CRP nessa discussão. Pensou em recompor o grupo porque é um  
251 debate que não deve ser composto somente por conselheiro. A conselheira Marília  
252 Capponi pediu para ter cuidado na discussão sobre a Redução da Maioridade Penal,  
253 porque não se trata apenas de reduzir dos dezoito para os dezesseis anos, há outros  
254 detalhamentos envolvidos. Essa proposta de aumento da pena para crimes hediondos,  
255 para o promotor Eduardo Dias, não representa a redução da maioria penal, mas sim  
256 seria uma forma intermediária e processual, preservando a maioria. Não podemos  
257 ceder às pressões e fortalecer os argumentos. A conselheira Carla Biancha Angelucci  
258 sugeriu conversar com o poder legislativo, com os representantes de São Paulo a fim  
259 de expor os nossos motivos, mas entende que pode ser temerário, pois eles têm medo  
260 da opinião pública. É importante ajudarmos a compreender que queremos reafirmar o  
261 sistema socioeducativo, que há um processo de responsabilização dos adolescentes  
262 que estão em conflito com a lei, que esse processo dá mais certo, tem mais eficiência,  
263 constrói de fato um panorama e diminui a possibilidade de reincidência, fortalecendo a  
264 probabilidade de se ter um sistema integrado de atenção à juventude. Munir de  
265 argumentos para que eles possam conversar com a opinião pública, porque mesmo  
266 aqueles que não concordem plenamente com a possibilidade de redução da maioria  
267 penal, vão se sentir coagidos com a opinião pública, que tem esse clamor punitivo.  
268 Deve-se dar argumento sobre o que é o cuidado com a juventude em uma perspectiva  
269 socioeducativa, auxiliando assim a que se tome uma posição. A opinião pública  
270 entende que estamos tratando dos delinquentes como pessoas impunes. Primeiro  
271 vamos discutir a questão da delinquência e na sequência vamos discutir uma  
272 perspectiva que não seja punitiva. Para a Psicologia faz sentido, mas o “legislativo” não  
273 possui os argumentos. Devemos fazer o corpo a corpo e levar a produção do Conselho  
274 sobre o assunto e ajudá-los a dialogar com o senso comum, mostrar que ele não está  
275 sendo leniente com a violência nas “famílias de bem” e ajudá-los responder sobre isso.  
276 A gestora Regiane Piva pontuou que há diversas armadilhas e que ainda não se  
277 pensou em um sistema prisional apropriado para acolher essa população. A própria  
278 Fundação Casa deverá realizar alterações em relação às suas medidas  
279 socioeducativas. Na prática quando a internação é punitiva, não é medida  
280 socioeducativa. Ela acredita que seja preciso rever as ações nas Subsedes. Estão  
281 ocorrendo ciclos e conferências públicas em todos os municípios. Sugere que o CRP  
282 esteja presente nestes espaços para levar esse debate. Encaminhamento: O PI  
283 Interfaces com a Justiça deverá conversar com os demais PIs sobre o assunto. Fazer  
284 corpo a corpo com o Legislativo de SP. Temos que conversar com o medo da opinião



285 pública. Mostrar que a Psicologia está querendo reafirmar o compromisso  
286 socioeducativo, que diminui a reincidência e fortalece a possibilidade de se ter um  
287 sistema integrado de atenção a juventude. Ou seja, argumentar o que é o cuidar da  
288 juventude com medidas socioeducativa, muní-los de argumentos, para conversar com a  
289 opinião pública. Solicitar ao conselheiro Luiz Eduardo Valiengo Berni que envie relatório  
290 da reunião para o PI e pedir que faça uma proposta para as subsedes. Outrossim, o PI  
291 deverá entrar em contato com o conselheiro Luiz Eduardo Valiengo Berni a fim de  
292 verificar se o mesmo continuará representando o CRP nesse espaço. Na próxima  
293 plenária o tema deverá ser repautado para o acompanhamento das discussões.  
294 Divulgar os materiais sobre o tema aos PIs para viabilizar o debate. **VIII)**  
295 **RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SEXUALIDADE E GÊNERO** – conselheira Ana  
296 Ferri de Barros comunicou seu afastamento da coordenação da Comissão de  
297 Sexualidade e Gênero por motivo de viagem ao exterior. Dessa forma indicou-se a  
298 conselheira Janaína Leslão Garcia para assumir a referida coordenação.  
299 Encaminhamento: O Plenário deferiu o exposto. **IX) RECOMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**  
300 - Por questões de ordem pessoal (viagem ao exterior), a conselheira Ana Ferri de  
301 Barros também comunicou sua saída da diretoria. Por outro lado, os membros da  
302 diretoria presentes comunicaram que a conselheira vice-presidente Fernanda Bastos  
303 Lavarello também manifestou o interesse em sair da Diretoria, pois tem estado fora de  
304 São Paulo, por motivo de trabalho. A mesa diretora destacou que as conselheiras  
305 Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini,  
306 Maria Orlene Daré e o conselheiro José Ricardo Portela se prontificaram a colaborar  
307 substituindo-as em ambos os cargos. Ponderou-se a importância do membro da  
308 diretoria necessariamente terem disponibilidade para as terças-feiras e quintas-feiras,  
309 devido aos trâmites de assinatura de cheques. Feitas as considerações pelos(as)  
310 presentes, indicou-se para a vice-presidência a conselheira Carolina Helena Almeida de  
311 Moraes Sombini e para a secretaria a conselheira Maria Orlene Daré (ambas titulares).  
312 Encaminhamento: Fica recomposta a diretoria da seguinte forma: Maria de Fátima  
313 Nassif (presidência), Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini (vice-presidência),  
314 Maria Orlene Daré (secretaria) e Leandro Gabarra (tesoureiro), que assumirão  
315 definitivamente os cargos, a partir do dia 24 de junho de 2013. A presidência agradeceu  
316 aos(às) demais conselheiros(as) que se colocaram à disposição para colaborar com a  
317 Diretora e às conselheiras Ana Ferri de Barros e Fernanda de Bastos Lavarello por  
318 esse período de convivência. **X) CADERNO DE DELIBERAÇÕES** - A conselheira Carla  
319 Biancha Angelucci comunicou que as propostas aprovadas no VIII Congresso Regional  
320 de Psicologia - VIII COREP deverão ser divulgadas pelo CRP-06. A mesa diretora do  
321 VIII COREP tem a responsabilidade de conferir e organizar as propostas. Dessa forma,  
322 a referida conselheira consulta o Plenário a fim de verificar em qual formato deverá ser  
323 publicado, se em material impresso ou digital. Acrescentou que as propostas serão  
324 publicadas da maneira que foram aprovadas e agrupadas por tema. A mesa diretora  
325 relata que em mídia só será viável se contiver as propostas nacionais e regionais.





326 Encaminhamento: Enviar ofício ao CFP consultando como serão publicadas as  
327 propostas nacionais e em que prazo. O Plenário determinou que fossem publicadas em  
328 um encarte no Jornal as propostas nacionais e regionais separadas e por temas, mas  
329 caso as nacionais não tenham sido finalizadas, a decisão do Plenário é de publicar as  
330 propostas regionais no encarte. Inicialmente, elas deverão ser divulgadas no *site*. Após  
331 resposta do CFP, será feito o CD e o encarte impresso. O caderno de deliberações  
332 nacional e regional também deverá ser remetido para cada candidato das próximas  
333 eleições das chapas regionais, bem como aos convidados do COREP e representantes  
334 dos estudantes. Lembrou-se que há psicólogos(as) que precisam da versão em libras e  
335 em *braille*. **XI) RELATÓRIO DE GESTÃO (2010-2013)** - A coordenadora técnica Ivana  
336 Feijó contou que Marcos Antonio de Toledo, bibliotecário do Centro de Documentação -  
337 CEDOC está fazendo o levantamento dos materiais a fim de auxiliar na construção do  
338 Relatório de Gestão. Solicitou que os Projetos Integradores, Subsedes, Comissões e  
339 Grupos de Trabalho façam a análise política e não descritiva. Quais proposições tinham  
340 como objetivos gerais, que avanços foram conquistados e que desafios permanecem.  
341 Orientou que façam em dois ou três parágrafos no máximo. Ressaltou que foi  
342 requisitado ao CFP para que envie um texto contando qual a contribuição do CRP-SP  
343 para o Sistema Conselhos. **XII) LEGALIZAÇÃO DO ABORTO - 12.1) Estatuto do**  
344 **Nascituro** - A conselheira Janaína Leslão Garcia explanou o significado do referido  
345 Estatuto e informou sobre a sua aprovação. Esclareceu que o mesmo protege a vida  
346 desde o momento da concepção, restringindo todas as possibilidades de aborto,  
347 inclusive quando gera risco à mãe, em casos de estupro e estudos com células-tronco.  
348 O texto também prevê a possibilidade de uma bolsa auxílio a vítima de estupro que  
349 resolver manter a gravidez, até que se ache o estupro, que então passará a arcar  
350 com custos legais pela criança. A Comissão de Finanças analisou e aprovou o texto. A  
351 proposta é para que assinemos algum manifesto contrário. A conselheira presidenta  
352 Maria de Fatima Nassif sugeriu a construção de um texto, para eventualmente, inseri-lo  
353 no jornal. A conselheira Ana Ferri de Barros sugeriu que o CRP procure alguma  
354 instituição que já tenha algum texto com um bom argumento para se unir, caso não  
355 encontre, deve-se construir um texto. Encaminhamento: O Plenário se declarou  
356 contrário, mas é necessário avaliar. O colaborador Bruno Simões, membro do GT dos  
357 Povos Indígenas participará da passeata contra o estatuto, na Av. Paulista, neste  
358 sábado, 15 de junho, às 14h e deverá tentar contato com alguma instituição para  
359 adesão do CRP. **12.2) Documento sobre Legalização do Aborto / Defensoria**  
360 **Pública** - A conselheira Janaína Leslão Garcia informou que, considerando a revisão  
361 do código penal, a Defensoria Pública procurou o CRP-06 para tratar da questão do  
362 aborto e solicitando sugestões. Apresentou-se o texto enviado pela Defensoria Pública  
363 do Estado de São Paulo aos Conselhos de Medicina, Psicologia e Assistência Social  
364 sobre a Manifestação técnica que trata do assunto: Colaboração nas proposituras da  
365 Defensoria Pública Paulista para a Revisão do Código Penal Brasileiro, no que tange a  
366 questão do aborto. A psicóloga Daniela Pedroso, colaboradora da Comissão e



367 funcionária do Hospital Pérola Bayton informou que hoje o praticado é a vontade da  
368 mãe mais o atestado do médico. Indicaram alterações no fim da página 2 do texto  
369 Defensoria, conforme as indicações abaixo. “Art. 128. Não há crime se: III - comprovada  
370 a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que  
371 inviabilizem a vida independente, em ambos os casos atestado por **(dois) um**  
372 **médico(s)**”. “IV - por vontade da gestante até a 12ª semana de gestação, quando **(e**  
373 **médico) a equipe multidisciplinar** constatar que a mulher não apresenta condições  
374 psicológicas de arcar com a maternidade.” Observações: condições psicológicas não  
375 são atestadas por médicos e o que seria condições de arcar com a maternidade.  
376 Portanto, que seja equipe multidisciplinar que avalie possíveis impedimentos para  
377 manter aquela gestação. “§ 1º Nos casos dos incisos II e III, e da segunda parte do  
378 inciso I, o aborto deve ser precedido de consentimento da gestante, ou **(quando**  
379 **menor) no caso de ser criança ou adolescentes**, incapaz ou impossibilitada de  
380 consentir, de seu representante legal, do cônjuge ou de seu companheiro.”  
381 Encaminhamento: O plenário aprovou o texto considerando as alterações. **12.3)**  
382 **Representação na reunião do GEA- Grupo de Estudos sobre Aborto, dia 22/06/13,**  
383 **das 9h às 12h** - A conselheira Janaína Leslão Garcia noticiou sobre a importância da  
384 representação na reunião do GEA - Grupo de Estudos sobre Aborto, no dia 22 de junho  
385 de 2013. Encaminhamento: Após as considerações deliberou-se consultar as  
386 psicólogas Valéria Melki Buzin e Livia Toledo (gestora da Subsede Vale do Paraíba e  
387 Litoral Norte) para essa representação. **12.4) Apoio do CRP-06 à Carta, enviada**  
388 **pelos CFP, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e entidades**  
389 **subscritoras, na qual solicitam audiência ao Presidente da Câmara dos**  
390 **Deputados para debater a descriminalização do aborto no Brasil** - A conselheira  
391 presidenta Maria de Fátima Nassif informou sobre o apoio do CRP-06 à Carta, enviada  
392 pelo CFP, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e entidades  
393 subscritoras, na qual solicitam audiência ao Presidente da Câmara dos Deputados para  
394 debater a descriminalização do aborto no Brasil. Contou que o texto pede a discussão  
395 sobre o aborto, resumidamente, na linha da saúde da mulher. A carta já foi assinada e  
396 enviada institucionalmente. O conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho sugeriu  
397 que sejam divulgadas as propostas aprovadas no VIII CNP sobre o tema, bem como a  
398 moção. Ocorrerão moções no VIII COREP e CNP. Encaminhamento: Deve-se consultar  
399 o Conselho Federal de Psicologia se pode ser divulgado antes de sair o caderno de  
400 deliberações final. **XIII) PARTICIPAÇÃO DO CRP-06 NA FRENTE POPULAR DE**  
401 **SAÚDE** - A conselheira Marília Capponi contou que no PI Proposições para Políticas  
402 Públicas surgiu a discussão para o CRP participar mais ativamente no movimento  
403 Frente Popular de Saúde, do qual o conselheiro Cassio Rogério Dias Figueiredo se  
404 dispôs a acompanhar as reuniões. Encaminhamento: O plenário deferiu que o  
405 conselheiro Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo seja o representante do CRP-06 na  
406 Frente Popular de Saúde. **XIV) PARTICIPAÇÃO DO CRP-06 DO FET-SUAS/SP** - O  
407 conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho relatou sobre o processo de



408 construção do Fórum Estadual e Regional, lembrando que o CRP participou desde o  
409 início. Esclareceu sobre os avanços e as questões que não foram superadas e pôe em  
410 debate a continuidade da representação do CRP nesse espaço. A mesa diretora  
411 perguntou ao conselheiro se poderá manter-se na referida representação, considerando  
412 a importância nas discussões políticas para os trabalhadores e salientando que o  
413 conselheiro hoje é referência nesse espaço. O conselheiro Joari Aparecido Soares de  
414 Carvalho frisou que a ausência do CRP nesse Fórum faria diferença, pois a  
415 organização da política é muito frágil e não há movimentos fortes organizados.  
416 Ressaltou a necessidade de remobilizar o grupo e a conselheira Rita de Cássia  
417 Assunção se dispôs a ajudar. Ponderou também a importância na continuidade do CRP  
418 nesse fórum e pediu que o PI Proposições para Políticas Públicas assuma a pauta. A  
419 coordenadora Ivana Feijó pontuou que o PI não precisa assumir no seu funcionamento  
420 a discussão específica, poderá propor como isso será desencadeado, considerando o  
421 combinado no Fórum de Gestores, de haver espaços temáticos para debates.  
422 Encaminhamento: Considerou-se a importância de continuação nesse espaço e  
423 propõe-se que o PI Proposições para Políticas Públicas apoie e articule junto ao  
424 conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho. Sugeriu-se conversar também com o  
425 gestor Jean Fernando dos Santos e Rita de Cássia Assunção sobre esse apoio. Em  
426 tempo: o conselheiro Joari Soares Aparecido de Carvalho solicitou que seja divulgado  
427 no site do CRP, com urgência, a realização da Audiência Pública "A Efetivação do  
428 SUAS no Estado de São Paulo - A gestão e o financiamento do SUAS e o papel do  
429 Legislativo", com palestra especial do autor da lei de implantação do SUAS em Minas  
430 Gerais, deputado André Quintão, que ocorrerá, no dia 17 de junho, às 19h, na  
431 Assembleia Legislativa de São Paulo. Foi organizada pela Frente Parlamentar Estadual  
432 em Defesa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e coordenada pela  
433 deputada estadual Telma de Souza. A audiência será no Auditório Paulo Kobayashi, da  
434 ALESP (Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera, São Paulo) e será transmitida  
435 *on line* no site da ALESP. Encaminhamento: Divulgar na página do CRP, na próxima  
436 segunda-feira. **XV) CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (MOVIMENTO**  
437 **PASSE LIVRE)** - Em continuidade ao assunto discutido na plenária anterior, a  
438 conselheira Marília Capponi sugeriu que além da construção de uma nota, deva-se  
439 propor uma atividade, um evento ou encontro que discuta a criminalização dos  
440 Movimentos Sociais, discutindo a força repressora do estado. A conselheira Ana Ferri  
441 de Barros noticiou que esta sendo organizada uma frente pelos Direitos Humanos, na  
442 qual a entidade Conectas Direitos Humanos está envolvida e indicou a possibilidade do  
443 CRP se unir ao movimento. A conselheira presidente Maria de Fatima Nassif defendeu  
444 que o CRP deve procurar quem é protagonista nessa questão, o que está sendo  
445 proposto e ir atrás, buscando mais informações para poder compor em conjunto. O  
446 conselheiro Joari Carvalho ponderou a construção de nota imediata com ampla  
447 divulgação, inclusive fazendo um debate interno para aprofundar e entender a  
448 conjuntura política atual, para então se posicionar. A conselheira Marília Capponi



449 ponderou que a nota não deve ser uma referencia ao movimento passe livre, mas uma  
450 visão ampla, uma reflexão da situação atual, sobre a violência do Estado.  
451 Encaminhamento: A conselheira Marília Capponi construirá o texto da nota, para além  
452 da política pública, com a jornalista Christiane Gomes e a conselheira presidenta Maria  
453 de Fatima Nassif. **XVI) RECOMPOSIÇÃO DO PI PROPOSIÇÕES PARA POLÍTICAS**  
454 **PÚBLICAS** - O conselheiro Leandro Gabarra informou que a gestora Tais Elene  
455 Junqueira Neme será substituída por Dario Henrique Teofilo Schezzi nas reuniões do PI  
456 Proposições para Políticas Públicas, na condição de representante da Subsede de  
457 Ribeirão Preto, tendo em vista a impossibilidade da gestora devido ao trabalho. **XVII)**  
458 **RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** – conselheira Ana  
459 Ferri de Barros comunicou a alteração na Comissão de Licitação. A conselheira Maria  
460 Orlene Daré, enquanto secretária assumirá a presidência desta Comissão.  
461 Encaminhamento: O Departamento de Secretaria deverá providenciar Portaria. **XVIII)**  
462 **INDEFERIMENTO DE PJ** – A conselheira Ana Ferri de Barros informou que foi  
463 solicitado o registro de PJ pela empresa AGP Motivação. Essa empresa faz treinamento  
464 para as pessoas poderem responder aos testes psicológicos em concursos públicos.  
465 Encaminhamento: Ante a análise da Comissão de Orientação e Fiscalização ficou  
466 decidido pelo indeferimento desse registro. **XIX) RETROCESSO DO GOVERNO**  
467 **FEDERAL (PROSTITUTAS, KIT HOMOFobia, PREVENÇÃO AIDS JOVENS, ETC)** -  
468 Não houve tempo para debater o assunto e ficou transferido para discussão nas  
469 próximas plenárias ordinárias. **XX) IX ENCONTRO NACIONAL DA ABEP –**  
470 **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA (de 05 a 07 de setembro,**  
471 **Instituto Federal do Paraná, Curitiba – PR)** – Não houve tempo para debater o  
472 assunto e ficou transferido para discussão nas próximas plenárias ordinárias. **XXI)**  
473 **PROCESSO ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** – Não houve  
474 tempo para debater o assunto e ficou transferido para discussão nas próximas plenárias  
475 ordinárias. **XXII) RESOLUÇÃO CRP-06 SOBRE APOIOS E PARCERIAS** – Tendo em  
476 vista a ausência da conselheira Gabriela Gramkow o assunto ficou transferido para  
477 discussão nas próximas plenárias ordinárias. **XXIII) RESOLUÇÃO DE AJUDA DE**  
478 **CUSTO E JETONS** - Tendo em vista a ausência da conselheira Gabriela Gramkow o  
479 assunto ficou transferido para discussão nas próximas plenárias ordinárias. **XXIV)**  
480 **ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** – Esse ponto foi debatido em sigilo, somente na  
481 presença dos conselheiros. **XXV) APRECIÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE SITES:**  
482 O plenário concedeu parecer favorável à obtenção de selo para o *site* com os seguintes  
483 protocolos: 506707386 (CRP 06/19190), 696 (CRP 06/23987), 206212522 (CRP  
484 06/72997), 606707942 (CRP 06/95029), 106812293 (CRP 06/33678), 306606324 (CRP  
485 06/82686), 806405124 (CRP 06/58270) e concedeu parecer desfavorável à obtenção  
486 de selo para o *site* com os seguintes protocolos: 506312800 (CRP 06/87757), 6112855  
487 (CRP 06/114063), 206707704 (CRP 06/29086), 706007987 (CRP 06/73303),  
488 606703817 (CRP 06/81241), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.  
489 Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
**Conselho Regional de Psicologia  
do Estado de São Paulo  
6ª Região**

Rua Arruda Alvim, 89 , Jardim América  
cep 05410 020, São Paulo, SP  
tel (11) 3061 9494  
website [www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br)

490 sessão, da qual eu, conselheira secretária Ana Ferri de Barros, lavrei a presente Ata,  
491 que lida e aprovada será assinada. São Paulo, quinze de junho de dois mil e treze.

---

**MARIA DE FÁTIMA NASSIF**  
*Conselheira Presidenta*

---

**ANA FERRI DE BARROS**  
*Conselheira Secretária*